

A reorganização metropolitana de São Paulo: espaços sociais no contexto da globalização

*Lucia Maria Machado Bógus
Maura Pardini Bicudo Vêras*

A metrópole de São Paulo constitui-se com base nos expressivos processos de urbanização engendrada pelo capitalismo comercial, industrial e financeiro, mais acentuadamente do século XIX até os dias de hoje.

As primeiras raízes de nossa história social e urbana estão, pois, no capital mercantil, no latifúndio e no Estado. A empresa colonial imprimiu às primeiras cidades brasileiras, que se fixaram no litoral, a feição de feitorias fortificadas, pontos de exportação de valores de uso (pau-brasil e outros produtos da terra) que se realizavam na Europa como valores de troca. Outras medidas se seguiram para o povoamento e ocupação, tentando conciliar objetivos predatórios aos escassos recursos financeiros e demográficos de Portugal. A monocultura açucareira, com base escravocrata, localizada no nordeste do País, representava a associação entre Estado e capital holandês. Enquanto, no interior, vilas isoladas e quase estagnadas eram subsidiárias da economia de subsistência, as cidades litorâneas assumiam funções políticas, de controle, culturais e religiosas. Até o século XVII, os núcleos urbanos dependiam da produção rural. No ciclo da mineração, a partir do século XVIII, houve alguma consolidação na região de Minas Gerais, mas existiam apenas 66 vilas e oito cidades no Brasil todo.

A cidade de São Paulo, durante três largos séculos da época colonial, foi um modesto arraial, voltado à economia de subsistência, ao apresamento dos índios (os bandeirantes alargaram fronteiras e ocuparam o território), com certa experiência de agricultura de açúcar e algodão, mas com expressão urbana muito restrita. Foi a partir do século XIX,

após a cidade do Rio de Janeiro abrigar a família real, depois da independência do País e com a economia cafeeira que o Sudeste começou a se desenvolver.

Com a economia cafeeira, em fins do século XIX, as cidades começaram a assumir as fundamentais fun es de armazenamento, transporte, comercializa o e exporta o de produtos, a ponto de permitir uma incipiente economia industrial. Já neste século, a partir dos anos 20, surge, então, uma rede urbana mais importante e vigorosa.

No período agroexportador, que se considerou encerrado em 1930, os interesses da comercializa o dos ciclos produtivos ligados   monocultura de a u ar, algodão e café comandaram o nascimento das cidades e sua estrutura o. A partir de então, a industrializa o processou-se impondo novos padrões de urbaniza o mediante integra o econ mica, levando, por intercâmbio regional,   forma o do mercado nacional. Para articular e unificar esse mercado, criaram-se e ampliaram-se vias de transporte; expandiu-se e consolidou uma rede urbana em todo o território do País,

As indústrias instalaram-se, predominantemente, na região Sudeste, especialmente em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, aproveitando-se das facilidades administrativas ligadas   exporta o de produtos agrícolas (sobretudo o café) e da presença expressiva de mão-de-obra.

Assim, no período de 1940 a 1980 houve intensa redistribui o espacial da popula o, concentrada agora nas grandes cidades em determinadas áreas do País, enquanto outras regiões eram esvaziadas por fortes fluxos migratórios, notadamente rurais/urbanos. Entre 1960 e 1980 estima-se que 30 milhões de pessoas deixaram o campo. Por outro lado, desde 1940 houve um significativo aumento da popula o urbana: a propor o dos habitantes das cidades passa de 36%, em 1950, para 68%, em 1980. Já em 1991, 76% da popula o brasileira mora nas cidades – o que significa mais de 70 milhões de habitantes – e apenas 24% estão no meio rural.

Constituiu-se, então, no eixo Rio-São Paulo, uma sociedade urbano-industrial com base na indústria pesada, com a forma o do operariado e ampliando o mercado de trabalho urbano (Baeninger, 1992).

A partir de 1960, na chamada etapa do capitalismo associado, constituiu-se um parque de produtos diversificado, com a industrializa o pesada e os ramos tradicionais relativamente decrescentes, assim como   decrescente e subordinada a agricultura. Essa mudança nacional reflete-se em São Paulo: "A taxa de crescimento da popula o urbana passou de 3,8% ao ano, no período 1940-50, para 5,32% entre 1950-60" (Baeninger, 1992). No período 1960-70, o ritmo diminuiu para 5,15% a.a., decrescendo ainda para 4,4% a.a., de 1970 a 1980.

Os anos 70 revelaram também um afluxo crescente de pessoas para cidades cada vez maiores; um expressivo e contínuo processo de metropoliza o desigual no território nacional, já que os contrastes socioecon micos existentes no País também se expressam

na sua urbanização. Enquanto o Nordeste, o Norte e mesmo o Sul se urbanizam a taxas abaixo da média nacional de 45% em 1960, o Sudeste já a apresentava superior a 50%. Em 1980, o Sudeste já possuía um grau de urbanização da ordem de 80%. (Baeninger, 1992). De fato,

As principais tendências da urbanização e da redistribuição espacial da população brasileira, no período 1950-80, apontaram para a multiplicação do número de localidades urbanas, para a crescente concentração da população em cidades de grande porte, principalmente em áreas metropolitanas, e para a dominação dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro no contexto nacional. (Martine e Carvalho, 1989, apud Baeninger, 1992, p. 18)

A partir da década de 80 irá ocorrer a inflexão do padrão concentrador. A população brasileira como um todo apresentou queda na taxa de crescimento em todas as regiões, sobretudo na Sudeste, que comporta três grandes áreas metropolitanas. E foram, justamente, as metrópoles que apresentaram a inflexão do crescimento com maior intensidade. As taxas de crescimento da população metropolitana nacional passaram de 3,8% a.a. na década de 1970 para 1,9% a.a. nos anos 1980, representando cerca de 29% do total da população brasileira.

Percebe-se, ainda, que ao lado da diminuição do crescimento da população metropolitana, houve intenso processo de periferação, crescendo o número de habitantes nos municípios periféricos das metrópoles, sugerindo forte desconcentração metropolitana, em que o município central perde sua importância relativa, em proporção ao período anterior.

O estado de São Paulo apresenta, hoje, além da Região Metropolitana de São Paulo, mais duas metrópoles, a de Campinas e a de Santos, além de cidades capitais-regionais.

Merecem, também, menção as grandes diferenças entre as cinco regiões do País: o Sudeste, mais desenvolvido e depois o Sul, em contraste com o Norte e o Nordeste, menos desenvolvidos, seguidos da região Centro-Oeste, onde Brasília canaliza certo desenvolvimento.

As metrópoles brasileiras são, ainda, ilustrativas do grau da desigualdade socio-espacial, da concentração de renda e das disparidades de gênero e de cor. Trata-se de cidades desiguais com profundas separações intraurbanas como a da cidade legal (que respeita as posturas urbanas) e a ilegal, das zonas de pobreza e periferias desequipadas. O processo de urbanização nacional deve ser visto, pois, no quadro geral da profunda desigualdade da sociedade brasileira: de renda, de acesso à educação e saúde, de reconhecimento legal da cidadania e de acesso à cidade e aos serviços urbanos.

Nos anos 1980, a chamada "década perdida", período de transição democrática, verifica-se que a renda *per capita* cresceu de forma irrisória, a uma taxa de 0,4%. Mas, entre 1980 e 1988, a porcentagem dos pobres nas regiões metropolitanas se elevou de 24,3% para 39,3%, mostrando o quadro típico da "metropolização da pobreza":

A concentra o de renda (medida pelo coeficiente de Gini) aumentou nas metrópoles, de forma expressiva entre 1976 e 1989. Em São Paulo, passa de 0,54 para 0,62, enquanto no Rio de Janeiro se eleva de 0,62 para 0,69. (Mello, 1995, p. 253)

A metrópole que se desenha no País   uma metrópole fragmentada, corporativa: "Teatro da especula o e financeiriza o da economia, ela perpetua seu papel histórico de espaço da exclusão social" (Mello, 1995, p. 253).

A metropoliza o de São Paulo: retrospectiva histórica e tendências recentes

A grande mancha urbana, de cerca de 1.500 Km², situada no Trópico de Capricórnio, a 800 m de altitude, que constitui hoje a Região Metropolitana de São Paulo, tem sido palco de grandes transforma es.   composta de morros, ladeiras e fundos de vales para onde descem as violentas chuvas de verão, que escoam, finalmente, para três grandes rios, verdadeiros esgotos a céu aberto, o Tietê e seus afluentes, Pinheiros e Tamandateí.

A primeira impressão   a de enormes disparidades, já que o município central – São Paulo – concentra o p lo dinâmico e avançado, sede do capital financeiro transnacional, que coloca lado a lado arranha-céus, bairros sofisticados e bairros populares, vazios urbanos   espera de valoriza o, especula o imobiliária, riqueza e pobreza, geralmente segregados em áreas bem marcadas. Tais disparidades se reproduzem nos demais 38 municípios metropolitanos, perfazendo uma região que se estende por uma vasta área de 8.000 quil metros quadrados, dos quais mais de 50% situam-se em áreas de prote o de mananciais, ocupadas irregularmente por loteamentos populares, com a muda conivência do poder público.

A história da Região Metropolitana confunde-se, nos primeiros tempos, com a história de sua sede. Há mesmo autores que afirmam que a Metrópole paulista surgiu com a expansão da cidade de São Paulo   época do café e que o "ciclo do café" fundou a cidade de São Paulo pela segunda vez. De fato, quando aquele produto passou a ser exportado pelo porto de Santos, a cidade de São Paulo, pela sua posi o geográfica, já assumiu as fei es de base comercial, centro do capital financeiro e sede da burguesia agrário-comercial.

A sociedade paulistana passou a conhecer um estilo de vida urbano e parcelas significativas do capital foram investidas na infra-estrutura e em melhoramentos da cidade. A ferrovia, recém-implantada, consolidou e expandiu os limites da cidade, antes concentrada em torno de um triângulo de ruas no interflúvio do Tamandateí e do Tietê (V ras, 1991).

Com a abolição da escravatura, a imigração estrangeira, especialmente de italianos e espanhóis, vem para as lavouras de café, mas parcela significativa vai se instalar na cidade de São Paulo, dando origem ao proletariado urbano, que irá acionar as engrenagens produtivas da industrialização incipiente de fins do século XIX. Em 1897, os italianos superaram os brasileiros na população da capital, na proporção de dois para um, oriundos de correntes migratórias ininterruptas, desde 1882 (Véras, 1991). Entre 1890-1900, a população de São Paulo passou de 64.934 para 239.820 habitantes (Bógus, 1992).

A cidade já apresentava, então, zonas de diferenciação social e segregação: bairros populares e zonas de habitação burguesa. Como tendência, as camadas de renda mais alta ocupavam os flancos do maciço, enquanto os menos favorecidos acomodavam-se nas baixadas dos rios, nos cortiços e habitações precárias. As décadas de 20 e 30 do nosso século, período de transição, apresentam novas condições para a expansão da malha urbana: a indústria se desenvolve e se amplia na cidade, o sistema de transportes coletivos se complexifica: bondes são suplantados por ônibus e, além dos subúrbios das ferrovias novas áreas são loteadas e gradualmente ocupadas. Automóveis e caminhões circulam em maior número e exigem investimentos no sistema viário. Na década de 1930, com a consolidação da indústria, São Paulo se molda para a circulação e para tomar-se uma "cidade moderna": começa a ser implantado o Plano de Avenidas, em sintonia com a expansão rodoviária; multiplicam-se as mudanças na área central, com desapropriações vultosas, tendo em vista a construção de anéis concêntricos e sua radiais (Véras, 1991; Bógus, 1992).

A partir de 1940, o modelo de expansão horizontal periférica se consolida e a cidade começa a transformar-se, até se tornar a sede da Região Metropolitana, que agora conhecemos. De fato, a região metropolitana de São Paulo, que conta hoje com cerca de 17 milhões de habitantes, possuía na década de 1940 apenas 1,5 milhão de pessoas. Cresceu a passos largos, principalmente entre 1960 e 1980, período em que se consolidou como área de grande concentração populacional, na qual as taxas de participação da população metropolitana, tanto na população estadual, quanto na nacional, apresentaram crescimento bastante expressivo. Enquanto, em 1960, a população residente na Região Metropolitana de São Paulo representava 37,0% da população estadual e 6,7% da população nacional, em 1980, esses percentuais saltaram para 50,2% e 10,6%, respectivamente. Já no período de 1980-1991 essas taxas de participação sofreram um decréscimo, fruto do arrefecimento do crescimento metropolitano, mantendo-se, entretanto, ainda muito elevadas (48,7% e 10,4%).

No início dos anos 40, a área que hoje compreende a Região Metropolitana, compreendia apenas 11 municípios, sendo que 85% da população da região residiam na capital. Entre 1940 e 1980, a população da Região Metropolitana passou para 12,6 milhões de habitantes, crescendo a uma taxa média anual da ordem de 5,3% no período. A

Região também sofreu grande expansão territorial e dos 11 municípios iniciais atingiu os anos 90 com 39, cujas características diversas abordaremos a seguir.

Como já   bastante conhecido, o processo de metropoliza o em São Paulo teve na raiz de sua constitui o a descentraliza o das atividades industriais – originariamente alocadas no município de São Paulo – e a localiza o residencial da popula o de baixa renda, desencadeando o fen meno da metropoliza o da pobreza. Tal fen meno foi também marcante em outras regiões metropolitanas do País, onde a "periferiza o" significou a ocupa o de áreas cada vez mais distantes dos centros urbanizados, geralmente desprovidas de infra-estrutura e de equipamentos sociais e cujas taxas de crescimento populacional foram, sistematicamente, superiores   das sedes metropolitanas (Bógus, 1992, pp. 36-37).

No caso de São Paulo, a participa o da capital na popula o da região metropolitana vem decrescendo nos últimos anos, passando de 73%, em 1970, para 62,5%, em 1991, e 59,3%, em 1996. Esse comportamento   fruto não apenas da queda do crescimento vegetativo, como da diminui o dos fluxos migratórios que têm como destino a região metropolitana paulista.

Além desse decréscimo, tem ocorrido, também, um processo de redistribui o da popula o nos municípios da R. M., em fun o tanto da oferta de empregos como da expansão de áreas residenciais, inclusive de padrão médio e alto.

A popula o do município de Guarulhos, por exemplo, cresceu 23% entre 1991 e 1996, com uma taxa de 4,3% ao ano, principalmente devido   expansão do mercado imobiliário, já que a facilidade de acesso   capital atrai moradores da zona norte paulista que trocam a antiga área de residência por imóveis com preços mais acessíveis na cidade vizinha. Por outro lado, parte desse contingente de migrantes intrametropolitanos vai engrossar o número de favelas daquele município, que subiu de 90 para 305 nos últimos 8 anos, contribuindo para acentuar os péssimos indicadores sociais que apontam para cerca de 300 mil pessoas sem rede de esgotos e 200 mil atingidas por falhas no abastecimento de  gua. Ainda assim,   patente a consolida o de Guarulhos como o município-dormitório mais populoso da R. M. e o segundo mais populoso do estado, registrando, em 1996, 969.000 habitantes,   frente de municípios, que historicamente concentravam maiores contingentes populacionais na Região Metropolitana. De fato, entre 1990 e 1995, 480 indústrias situadas em Guarulhos fecharam suas portas ou mudaram para outros municípios, inclusive do interior paulista. Nesse sentido, o crescimento populacional verificado deve estar mais relacionado   localiza o residencial do que   gera o de novos empregos.

Dos demais municípios vizinhos   cidade de São Paulo, também merecem destaque São Bernardo do Campo, com 615.000 habitantes e Santo André, com 566.000 habitantes. Nesses dois casos a ocupa o maciça e irregular das áreas de mananciais por moradores de baixa renda explica, em grande parte, o crescimento da popula o, uma

vez que a presença de indústrias também tende a diminuir nesses dois municípios que foram, em décadas passadas, o símbolo da industrialização metropolitana e nacional.

No que diz respeito aos municípios-dormitórios, a maior expansão populacional foi registrada em Santana do Parnaíba, que cresceu 52% no período 1991-1996. Parte desse crescimento está ligado à presença de grandes condomínios de alta renda (isso ocorre em Barueri também, com Alphaville, por exemplo), cujos moradores trabalham, quase exclusivamente, em São Paulo. Outra parte relaciona-se à expansão das áreas muito pobres, a exemplo do que ocorre no restante da periferia metropolitana.

Em termos gerais, os dados obtidos mediante contagem de população do meio de década, realizada em 1996 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), apontam para um quase esgotamento da capacidade de crescimento das grandes capitais brasileiras, incluindo particularmente o município de São Paulo. A cidade de São Paulo, com cerca de 9.800.000 de habitantes, aumentou sua população em 0,3 ao ano, desde 1991. Por outro lado, os municípios das periferias cresceram acentuadamente (tabela 1).

No que se refere ao estado de São Paulo, sua população passou de 31.588.862, em 1991, para 34.055.715, em 1996, elevando o número de moradores em apenas 1,5% ao ano, ao longo do período, o que representa expressiva redução em relação aos 3% anuais, observados nos anos 70 e aos 2,1% da década de 80. Os dados recentes divulgados pelo IBGE basicamente não alteram os resultados do censo de 1991, apontando para o menor crescimento dos grandes centros urbanos e para um maior dinamismo das cidades do interior, onde, além de empregos, também se busca melhor qualidade de vida.

Se, pelo que indicam os dados, existe uma mudança em curso, no que diz respeito à estruturação da rede urbana no interior do estado de São Paulo, tal tendência não se verifica no âmbito da Região Metropolitana. Na verdade,

as alterações mais marcantes ocorreram, provavelmente, no interior do município-sede, a cidade de São Paulo, como conseqüência das novas localizações criadas pelo capital financeiro. Este deslocou-se do "Centro Velho" para a Avenida Paulista, Avenida Faria Lima e, mais recentemente, para o "Centro Berrini", nova área de concentração da sede de empresas, cuja ocupação se iniciou em 1977, com a construção do Centro Empresarial de São Paulo. (Bógus e Montali, 1993, p. 166 apud Cordeiro, 1993)

Partindo-se da hipótese da consolidação das formas de expansão metropolitana, serão retomadas aqui algumas das principais tendências observadas nas últimas décadas, apontando suas especificidades.

Ao longo da história da formação da Região Metropolitana Paulista ocorreu, como já foi dito, o deslocamento de importantes segmentos da indústria para determinados municípios vizinhos, especialmente ABC, Osasco e Guarulhos. Com o abandono de algumas áreas da capital, que passaram a ter outros usos, formaram-se os chamados "municípios industriais" ao lado de áreas que passaram a desempenhar o papel de

"municípios-dormitórios", além de outras de características mistas, exercendo, ao mesmo tempo, funções produtivas (agrícolas, industriais e ou de comércio e serviços) e de dormitório, sobretudo para a população de baixa renda.

Como   notoriamente conhecido, a forma predominante da estruturação metropolitana de São Paulo foi o padrão de expansão das periferias, que reflete, a um só tempo, a heterogeneidade e as desigualdades sociais ali presentes.

Apesar da tendência decrescente, observada nas taxas de crescimento do conjunto dos municípios da Região Metropolitana, ao longo dos últimos 25 anos, o padrão de expansão periférica, basicamente, não se alterou. Alterou-se o perfil de certas sub-regiões, tanto do ponto de vista demográfico, como socioecon mico, mas a Região Metropolitana, em seu conjunto, permaneceu o locus das desigualdades e heterogeneidades, do ponto de vista do espaço, das atividades econ micas e da população (tabela 1). Tais desigualdades se evidenciam nas diferentes formas de segregac o, refletindo-se também na maneira desigual de distribui o e de acesso a serviços públicos básicos, como   rede de água e esgotos e ao serviço de coleta de lixo (tabela 2).   interessante ainda observar que, dado o padrão clássico de ocupa o da periferia metropolitana, pela popula o de baixa renda, por meio de loteamento clandestino e casa própria (autoconstruída),   muito elevado o número de domicílios próprios, o que, al s, também se verifica nas outras regiões metropolitanas do País.

De um modo geral, se observamos os dados referentes ao período 1970-1996, veremos que não se alteraram significativamente as características dos municípios que compõem a Região Metropolitana de São Paulo, ainda que alguns dos qualificados como predominantemente industriais tenham apresentado sinais de incremento das atividades terciárias, com a implanta o de serviços sofisticados, a constru o de *shopping-centers* e de grandes entrepostos de armazenamento e distribui o de mercadorias, como   o caso de Guarulhos e dos municípios do ABC. J  em outros municípios acentuou-se o papel de "dormitórios", com o incremento de taxas geométricas de crescimento da popula o, associada   pequena importância da atividade econ mica, indicada pelo menor peso do valor adicionado no total metropolitano.   o caso, particularmente, dos municípios de Cajamar, Santana do Parnaíba, Pirapora do Bom Jesus, Itaquaquetuba, Arujá e Caieiras.

Como reflexo das características da estrutura o do espaço metropolitano,   grande a movimentac o cotidiana da popula o residente, na dire o casa-trabalho-casa, transformando os chamados "movimentos pendulares" no mais importante processo de deslocamento populacional na metrópole. Tais movimentos são, ademais, um bom indicador das características do mercado de trabalho na região, refletindo a segmenta o dos locais de moradia e de emprego.

A intensidade dos movimentos pendulares varia de acordo com as potencialidades do mercado de trabalho de cada município. Na capital, cerca de 90% dos ocupados residentes trabalham no próprio município; nos demais municípios da Região Metropoli-

tana essa proporção é, em média, de 60%. As proporções mais elevadas de trabalhadores ocupados fora do município de residência são encontradas naqueles com função de dormitórios, onde foram particularmente elevadas as taxas de crescimento nos períodos 1980/1991 e 1991/1996, concentrando-se, sobretudo, nas subregiões norte e noroeste.

A par de todos esses processos descritos, o reconhecimento institucional do fenômeno metropolitano deu-se apenas em 1973. Com base no artigo 1º da Lei Complementar nº 14/73 e, posteriormente, artigo 19 da Lei Complementar nº 20/74 foram definidas as nove Regiões Metropolitanas do País, sendo São Paulo uma delas.

No que diz respeito às tendências mais recentes observadas no contexto metropolitano paulista, as duas últimas décadas compreenderam significativas mudanças, que são observadas na perda relativa na produção industrial, no arrefecimento do seu crescimento populacional e na expansão e diversificação do setor terciário.

A diversificação e ampliação dos empreendimentos industriais na RMSF ocasionaram uma demanda expressiva por serviços especializados direcionados à produção, principalmente a partir dos anos 70. Essa demanda é apontada por alguns estudos como um dos fatores estruturantes do terciário metropolitano, que se caracteriza pela disseminação de atividades mais modernas, apoiadas principalmente na modernização da rede de comunicações. Espacialmente concentrado na capital, o terciário apóia-se no desenvolvimento de novas tecnologias no campo das telecomunicações, que definiu um grau de integração territorial, possibilitando a gestão de processos econômicos de forma cada vez mais centralizada (Araújo, 1989).

As transformações recentes também se associam às definições do II PND, que empreendeu um conjunto de políticas de promoção e desconcentração industrial na Grande São Paulo. Do processo de desconcentração industrial, o interior do estado de São Paulo foi o maior beneficiário:

Entre 1970 e 1980, o peso da indústria metropolitana no total nacional caiu de 43,5% para 33,6%, em contra partida o interior do Estado aumentou sua participação relativa de 14,7% para 19,8%. (Araújo e Pacheco, 1989)

O arrefecimento do crescimento industrial também pode ser observado nos resultados da pesquisa sobre condições de vida da Fundação Seade: entre 1990 e 1994, consideradas a distribuição dos chefes de família e as condições de atividade, a variação na atividade industrial foi de -7,6% enquanto no comércio e serviços foi de 2,1% e 4,3%, respectivamente. Ou seja, decresceu o número de chefes de família empregados na indústria e cresceu o número de chefes nas atividades de comércio e serviços.

A essa queda no número de empregos industriais no município de São Paulo associam-se diferentes fatores, mencionando-se especialmente a incorporação de novas tecnologias, por meio das quais substituem-se equipamentos antigos por modernos, trabalhadores manuais por máquinas, reduzindo a demanda por mão-de-obra, externalizando

atividades antes desenvolvidas dentro da planta industrial e, ainda, flexibilizando contratos de trabalho, de acordo com a demanda do mercado, num contexto globalizado.

A sede metropolitana: uma cidade mundial

São Paulo hoje está sendo considerada uma das cidades mundiais do planeta (Ianni, 1990; King, 1990; Sassen, 1991). Ao debater algumas das diferentes faces e enigmas dessa cidade mundial, em especial no que se refere   sua dinâmica intra-urbana, a seus territórios,   segrega o social, empreende-se também breve discussão sobre os impactos da globaliza o sobre as cidades e a adequa o do conceito de cidade global e seus indicadores.

O paradigma das cidades globais tem dividido os estudiosos em "apocal ticos e integrados", nos termos que Eco cunhou para o exame do papel dos meios de comunica o de massa, ainda nos anos 70. Os primeiros rejeitam qualquer benefício intelectual que tal abordagem possa trazer ao exame dos processos contemporâneos, e os segundos se refugiam dentro desse paradigma, circulando tautologicamente em suas malhas e repetindo os atributos descritos pelo modelo tipificado. Como em outras ocasiões, julgamos que essa dicotomia deve ser evitada.

Há quem diga que desde os inícios dos tempos modernos está-se em um mundo globalizado; o capitalismo criou mercados e a sociedade burguesa veio se consolidando em quase todos os países até triunfar, planetária, nesta última década. Dessa forma, todas as cidades, hoje, de algum modo, são cidades conectadas   economia global (ou sofrem seus efeitos direta ou indiretamente). Por outro lado, nenhuma cidade deixaria de ser local, pois necessidades e demandas de seus habitantes têm de ser resolvidas de forma local, mínima ou maximamente.

Na constitui o dos megamercados contemporâneos, dificilmente uma cidade escapa de conter fun es locais e globais, ao mesmo tempo. O que se convencionou chamar de cidade global, nas mais variadas concep es que o termo recebeu, resulta de um processo característico dos anos 80 e assumiu um caráter t pico ideal, reunindo características (atributos) que se repetem em algumas cidades, tanto do mundo desenvolvido como daqueles periféricos ou semiperiféricos – ou por força de serem base de opera es do capital financeiro, ou por apresentarem determinadas fun es industriais sofisticadas tecnologicamente, ou pela presença de estratégias de empresas transnacionais, com crescente desemprego, polariza o social, processos excludentes, violência e assim por diante.   um conceito-síntese que resume, pois, esses atributos, como laboratórios analíticos.¹

A antinomia, pois, entre o "local" e o "global", a nosso ver, é nome novo à conhecida dialética entre o "geral" e o "particular". Recomenda-se, pois, sempre, que se contextualize historicamente – qual é a cidade global de que se trata? –; se verifiquem as relações com a economia nacional, suas coordenadas específicas, as características culturais, demográficas, étnicas, que permitirão esboçar uma análise mais completa sobre os desafios postos à investigação.

É preciso atentar para essa nova forma de territorialização e (des)territorialização que é o enclave da cidade global: novas formas de subordinação em contextos neoliberais. Nações, regiões e cidades alteram substancialmente seus padrões de desenvolvimento por causa dos impactos globais: a abertura comercial mundial, a realocação da nova indústria, com o papel das novas tecnologias da telecomunicação, nova cultura planetária. Os espaços se fragmentam, se homogeneizam e se diferenciam; as formas territoriais se revestem de funções globais, na competitividade internacional (fala-se em pós-fordismo, sociedade midiática, Estado Mínimo). Os espaços nacionais deixam de ser locus da acumulação, buscando alianças, zonas de livre comércio, mercados comuns para enfrentar a competitividade internacional. As relações entre os Estados-Nação tornam-se relações formais, enquanto as relações reais se dão entre as classes dominantes no interior (e exterior) de cada sociedade.

São Paulo concentra as polaridades das cidades mundiais, apresentando processos contraditórios, que abrangem desde as conhecidas tendências à desconcentração metropolitana, à diminuição do número de indústrias e terciarização (em especial com expansão do setor serviços, telecomunicações e informática) como a crescentes exclusão e miséria sociais, aumento do desemprego, informatização e terceirização e a configuração espacial desses processos: periferias desequipadas, crise de moradia popular (favelas, cortiços, casas precárias, *homeless*), condomínio fechados para estratos de renda alta e média e seu contraponto comercial: os *shoppings centers*. Na desigualdade do espaço estão zonas de deterioração em contraste com áreas de "renovação" urbana, e a distribuição diferenciada de ocorrências de chacinas, risco à violência, discriminação, além de cenários de devastação ecológica. A questão da configuração de territórios ganha destaque, e são exigidos para sua análise, cada vez mais, componentes étnico-culturais e políticos, bem como o recorte das identidades.²

Há uma forte tensão entre o global e o local na análise das cidades mundiais, porque elas concentrariam a face internacionalizada, de capitalismo avançado e a singularidade do Terceiro Mundo. Para Jordi Borja, deve-se evitar, contudo, visão catastrófica sobre as grandes cidades, pois nos anos 90 elas são consideradas com outro olhar por apresentarem mais meios e maior urgência para enfrentar problemas e são o principal ativo de seus países (Borja, 1994).

A economia global tem sua infra-estrutura no sistema de comunicações e, especialmente, no sistema de telecomunicações. Dessa forma, em um cenário de competitividade

entre empresas, países e cidades, o sucesso depende da velocidade das informações e das sinergias flexíveis que se estabelecem nas redes – redes que envolvem diferentes territórios, cidades e regiões.³ Para ser competitivo, para as bases territoriais serem eficientes,   preciso produzir algo que interesse ao mundo e que aumente o produto global. Ianni descreve que as cidades globais desenharam o mapa do mundo como verdadeiros pontos cardeais.

Um mundo que adquire características de uma imensa fábrica, acoplada a um vasto *shopping center* e colorido por uma enorme disneyl ndia. Tudo isso polarizado na rede de cidades globais desenhando o mapa do mundo. (Ianni, 1990, p. 26)

Lucia Maria Machado Bógus

Maura Pardini Bicudo V ras

Professoras Associadas do Departamento de Sociologia e Programa de Estudos Pós-Graduados de Ciências Sociais da PUC-SP

Notas

1. Verificar o interessante trabalho de Freire-Medeiros (1997) e também Marques e Torres (1997). Entre nós, foram importantes e pioneiros os trabalhos de Cordeiro (1993); Levy (1995) e um dos primeiros a tratar do tema no Brasil, Ianni (1990).
2. Ver V ras (1995 e 1997).
3. Ver também Borja et al. (1990). Entre outras obras são fundamentais Sassen (1991) e Feagin e Smith (1987).

Bibliografia

- ARAÚJO, Maria de Fátima Infante e outros (1989). "O Terciário Metropolitano". In: *São Paulo no limiar do Século XXI*, vol. 6, Fundação SEADE.
- ARAÚJO, M. F. e PACHECO, Carlos A. (1989). "Principais Alterações no Espaço Urbano da Metrópole entre 1970 e 1980". In: *São Paulo no limiar do Século XXI*, vol. 6, Fundação SEADE.
- ASCHER, François (1995). *Métapolis ou l'avenir des villes*. Paris, Editions Odille Jacob.
- AUGÉ, Marc (1994). *Os não lugares uma introdução à antropologia da supermodernidade*, Campinas, Ed. Papirus.
- BAENINGER, Rosana (1992). "O Processo de Urbanização no Brasil: Características e Tendências". In: BÓGUS, Lucia e WANDERLEY, L. E. (orgs.). *A Luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez Editora.
- BAUMANN, Renato (org.) (1996). *O Brasil e a Economia Global*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- BÓGUS, Lucia Maria Machado. "Urbanização e Metropolização: O Caso de São Paulo". In: BÓGUS, Lucia e WANDERLEY, L. E. (orgs.) (1992). *A Luta pela cidade de São Paulo*. São Paulo, Cortez Editora, OBSUR, pp.29-51.
- BÓGUS, L. e MONTALI, L. (1994). A Reestruturação Metropolitana de São Paulo. *Revista Margem - PUC-SP/EDUC*, n. 3, dezembro de, pp. 159-175.
- BORJA, Jordi e CASTELLS, M. et alii (eds.) (1990). *Las grandes ciudades en la década de los noventa*. Madrid, Ed. Sistema.
- BEAUREGARD, RA (1989). "Capital restructuring and the new built environment of global cities. New York and Los Angeles"– Annual Meeting of the Association of American Geographers, Baltimore.
- CASTELLS, Manuel e HENDERSON, Jeffrey (1987). "Techno-economic Restructuring, Socio-political Processes and Spatial transformation a Global Perspective". In: Jeffrey Henderson e Manuel Castells (orgs): *Global restructuring and Territorial development Bristol*.
- CEDEC (org) (1996). *Mapa de Risco da Violência*. São Paulo, Centro de Cultura Contemporânea.
- CALVINO, Italo (1990). *As cidades invisíveis*. São Paulo, Cia. das Letras.
- CORDEIRO, Helena K. (1993). "A cidade mundial de São Paulo e complexo corporativo de seu centro metropolitano". In: SCARLATTO, F. et alii: *O novo mapa do mundo*, São Paulo, Hucitec, Anpur.
- CUNHA, José Marcos Pinto (1995). Expansão Metropolitana na Transição Migratória: O papel dos sub-centros regionais. *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol. 9, n. 3, São Paulo.
- DAGNINO, Evelina (org) (1994). *Anos 90, Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo, Ed. Brasiliense.
- DURHAN, Eunice (1973). *A caminho da cidade*. São Paulo, Ed. Perspectiva.
- FIBGE. Censos Demográficos. 1980, 1991. Rio de Janeiro, Brasil.
- _____ Resultados Preliminares do Censo de 1996.

- FIPE (1994). *Cortiços em São Paulo e Favelas em São Paulo*. Relatório da Pesquisa amostral - Funda o Instituto de Pesquisa Econ mica USP - São Paulo, mimeo.
- FERNANDES, Florestan (1979). *A natureza sociológica da Sociologia*. São Paulo, Ed.  tica.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca (1997). "São Paulo, cidade global?". *Anais do 7o Encontro ANPUR - Recife*.
- FEAGIN, J. R. e SMITH, M.P. (eds.) (1987). *The Capitalist City. Global Restruturing and Community Politic*. Oxford, Basil Blakwell.
- FERRARA, Lucrécia (1978). *Ver a cidade*. São Paulo, Ed. Nobel.
- GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO/Secretaria de Planejamento e Gestão-SPG/Empresa Metropolitana da Grande São Paulo-EMPLASA (1995). Sumário de Dados da Grande São Paulo. São Paulo.
- GUATTARI, F. (1985). Espaço e Poder: a cria o de territórios na cidade. *Revista Espaço e Debates*, São Paulo, NERU, n  16.
- GONÇALVES, Maria Flora (1995). *O novo Brasil urbano*. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- GOTTDIENER, Mark (1993). *A produ o social do espaço urbano*, São Paulo, EDUSP.
- HALL, Peter (1996). *Ciudades del Ma ana*. Barcelona, Ediciones Del Serbal.
- HILLMAN, James (1993). *Cidade e Alma*. São Paulo, Studio Nobel.
- IANNI, Octavio (1990). A cidade global. *Revista Cultura Vozes*. São Paulo, Ed. Vozes, n  2.
- KING, A.D. (1990). *Global Cities, Post Imperialism and the Internalization of London*. London, Routledge.
- KOWARICK, Lucio; ROLNIK, Raquel e SOMEK, Nadia (1990). *São Paulo, crise e mudança*. São Paulo, Ed. Brasiliense e SEMPLA.
- LAPLANTINE, Fr. e OLIEVENSTEIN, C. (1993). *Um olhar francês sobre São Paulo*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- LEVY, Evelyn (1995). *Descentraliza o, Democracia e Eficiência na Gestão da Cidade Mundial*. Tese de doutorado, São Paulo, FEV /EAE SP.
- LEMOES, Carlos (1985). *Alvenaria burguesa*, São Paulo, Ed. Nobel.
- MAGALHÃES, M  Cristina (org) (1985). *Na sombra da cidade*, São Paulo, Ed. Escrita.
- MARICATO, Erm nia (1996). *Metrópole na Periferia do Capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. São Paulo, Editora Hucitec.
- MARQUES, E. C. e TORRES, Haroldo (1997). "São Paulo no sistema global de cidades". Texto apresentado ao Congresso Internacional ALAS, São Paulo, mimeo.
- MARTINS, José de Souza (1993). *A chegada do estranho*. São Paulo, Hucitec.
- MELLO, Marcus André (1995). "Globaliza o, crise do Estado e metrópoles no Brasil". In: GONÇALVES, Maria Flora (org.). *O Novo Brasil Urbano*. Porto Alegre, Ed. Mercado Aberto.
- PRETECEILLE, Edmond (1995). Division social de l'espace et globalisation le cas de la metrópole parisienne. *Sociétés Contemporaines*. Paris, L'Harmattan.

- PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO (1993). Perfil da Região Metropolitana de São Paulo/Projeto Migração e Emprego no estado de São Paulo. São Paulo (relatório final).
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz e Santos, Orlando A. (1994). *Globalização fragmentação e reforma urbana. O futuro das cidades brasileiras na crise*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- RIBEIRO, Luiz Cesar Queiroz e PECHMAN, Robert (orgs.) (1996). *Cidade, Povo e Nação*. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.
- ROLNIK, Raquel (1988). "Territórios negros em São Paulo". Texto apresentado ao Seminário ISA – Assoc. Internacional de Sociologia – Rio de Janeiro, mimeo.
- ROSEMAN, Curtis e LAUX, Hans e THIEME, Gúnther (eds.) (1994). *EthniCity, Maryland e London*, Ed. Rowman e LittleField, Publishers, Inc.
- SADER, Eder (1988). *Quando novos personagens entraram em cena*. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra.
- SAMPAIO, M. Ruth A. de e PEREIRA, Paulo Cesar Xavier (1997). "São Paulo, cidade global?". In: Anais do 7º Encontro Nacional da ANPUR, Recife.
- SANTOS, Milton (1987). *O espaço do cidadão*, São Paulo, Ed. Nobel.
- _____(1990a). *Metrópole Corporativa Fragmentada: O Caso de São Paulo*. São Paulo, Nobel e Secretaria de Estado da Cultura.
- _____(1990b). A Metrópole: Modernização, Involução e Segmentação. In: V ALLADARES, L. e PRETECEILLE, E. (coords.). *Reestruturação Urbana - Tendências e Desafios*. São Paulo, Nobel; Rio de Janeiro, IUPER.
- SASSEN, Saskia (1991). *The Global city: New York, London, Tokyo*. Princeton, Princeton University Press.
- SAWAIA, Bader (1995). "O calor do lugar. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 9, nº 2.
- TOLEDO, Benedito Lima (1985). *São Paulo, três cidades em um século*. São Paulo, Ed. Nobel.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo (1991). *O bairro do Brás em São Paulo: um século de transformações do espaço urbano ou diferente versões da segregação social*. Tese doutorado, PUC-SP, São Paulo.
- _____(1994). "Territorialidade e Segregação em São Paulo". Texto apresentado ao III Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, Lisboa, mimeo.
- _____(1995). A nov(a) (c)idade do Gelo: notas perplexas sobre os novos nômades urbanos. *Revista São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação SEADE, vol. 9, nº 2.
- _____(1997). "Polarização Social e Novas Territorialidades em São Paulo: diferentes faces da cidade mundial". *Anais do VII. Encontro Nacional da ANPUR*, Recife, nº 2, pp. 1452-1472.

Tabela 1 – Municípios da RMSP:  rea e densidade demográfica por sub-região – 1980/1996

Sub-regiões / Municípios	�rea (km ²)	Densidade demográfica			Classifica�o*
		1980	1980	1980	
Centro					
São Paulo	1.509	5.628,4	6.379,7	9.265,1	2
Osasco	68	6.978,6	8.337,5	9.152,6	2
Noroeste					
Carapicuiaba	36	5.161,6	7.879,3	9.111,5	4
Barueri	61	1.235,0	2.137,4	2.897,4	4
Cajamar	132	166,2	255,4	321,0	3
Santana do Parnaíba	179	56,3	209,9	320,3	3
Pirapora do Bom Jesus	99	48,5	80,5	105,9	3
Oeste					
Cotia	325	163,6	328,7	390,9	3
Vargem Grande Paulista	29	337,1	546,2	915,2	3
Itapevi	88	607,3	1.227,1	1.520,1	3
Jandira	22	1.638,3	2.844,2	3.429,2	4
Sudoeste					
Taboão da Serra	20	4.882,8	7.994,7	9.122,1	4
Itapecerica da Serra	136	184,4	283,1	811,5	3
São Lourenço da Serra	192	–	–	52,9	4
Embu	68	1.408,8	2.291,9	2.877,6	3
Embu-Guaçu	171	123,1	209,8	248,9	2
Juquitiba	550	22,7	36,1	39,3	2
Sudeste					
Santo André	179	3.055,6	3.398,4	3.680,4	3
São Bernardo do Campo	411	1.035,5	1.377,9	1.602,9	2
São Caetano do Sul	12	13.590,2	12.433,6	11.734,0	4
Mauá	67	3.070,7	4.397,5	5.144,5	4
Diadema	32	7.145,6	9.533,3	10.100,6	3
Ribeirão Pires	107	528,3	794,7	937,7	3
Rio Grande da Serra	33	608,9	962,8	1.053,7	3
Leste					
Mogi das Cruzes	731	270,8	373,8	430,8	3
Suzano	185	546,2	860,2	976,8	3
Poá	17	3.104,9	4.489,4	4.990,8	4
Itaquaquecetuba	83	880,3	1.983,9	2.753,4	4
Ferraz de Vasconcelos	25	2.202,2	3.838,9	4.879,7	4
Guararema	262	57,6	68,6	68,6	1
Salesópolis	418	25,5	27,1	32,1	1
Biritiba-Mirim	414	32,3	43,1	48,7	2
Nordeste					
Guarulhos	334	1.595,0	2.354,4	2.912,5	4
Arujá	96	182,1	391,3	528,7	3
Santa Isabel	261	80,4	105,1	114,6	3
Norte					
Franco da Rocha	143	355,3	598,4	685,3	3
Mairiporã	307	89,7	130,1	156,3	3
Caieiras	104	241,8	375,3	558,7	3
Francisco Morato	45	634,2	1.857,5	2.362,8	3
RMSP	8.051	1.563,6	1.915,0	2.362,8	

* Classifica o: 1– Densidade demográfica abaixo da média da RMSP e taxa de crescimento abaixo da média; 2– Densidade demográfica em 1991 acima da média da RMSP e taxa de crescimento abaixo da média; 3– Densidade demográfica em 1991 abaixo da média da RMSP e taxa de crescimento acima da média; 4– Densidade demográfica em 1991 acima da média da RMSP e taxa de crescimento acima da média

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 1980 e 1991 e Resultados Preliminares do Censo de 1996. Instituto Geográfico e Cartográfico: Emplasa.

Tabela 2 – Total de domicílios, por sub-região, ligados à rede geral de abastecimento de água, esgoto e com coleta de lixo (1991)

Sub-regiões / Municípios	Total de domicílios	Domicílios ligados à rede de água (%)	Domicílios ligados à rede de esgoto (%)	Domicílios com coleta de lixo (%)	Domicílio próprio (%)
Centro	2.681.957	98,5	85,2	98,4	63,6
São Paulo	2.539.953	98,4	86,3	98,4	63,6
Osasco	142.004	99,3	65,9	98,7	63,4
Noroeste	116.234	91,5	41,5	94,4	69,1
Carapicuíba	67.369	96,0	30,9	97,2	71,7
Barueri	30.730	95,6	62,2	97,1	68,7
Cajamar	7.798	83,4	73,2	81,6	50,3
Santana do Parnaíba	8.400	52,2	23,1	81,9	68,8
Pirapora do Bom Jesus	1.937	71,7	35,7	59,3	63,0
Oeste	68.535	85,1	44,9	86,7	68,7
Cotia	25.238	80,4	36,8	89,8	65,6
Vargem Grande Paulista	3.781	60,6	33,9	88,7	58,8
Itapevi	24.753	86,4	44,9	77,5	74,1
Jandira	14.763	97,3	61,4	96,5	67,4
Sudoeste	110.560	88,4	40,3	91,8	66,4
Taboão da Serra	38.863	98,0	67,4	99,2	68,0
Itapeçerica da Serra	21.774	82,9	11,7	87,8	67,2
São Lourenço da Serra	-	37,7	0	54,5	-
Embu	36.361	94,6	43,5	96,5	67,8
Embu-Guaçu	8.656	69,8	1,70	81,2	59,8
Juquitiba	4.906	40,4	0	47,0	50,6
Sudeste	523.453	96,3	84,4	97,7	67,0
Santo André	161.699	97,3	90,6	99,4	66,8
São Bernardo do Campo	144.723	95,0	83,1	98,1	72,0
São Caetano do Sul	42.645	99,9	99,6	99,9	58,3
Mauá	71.423	95,8	79,8	93,8	68,1
Diadema	75.552	98,6	75,0	98,4	62,6
Ribeirão Pires	20.550	88,5	80,0	94,0	67,6
Rio Grande da Serra	6.861	85,0	32,3	79,5	59,4
Leste	192.371	80,9	58,9	88,1	64,8
Mogi das Cruzes	66.076	80,0	72,3	88,5	63,9
Suzano	37.059	75,7	55,3	86,3	66,1
Poá	18.053	98,2	74,3	96,5	68,6
Itaquaquecetuba	37.495	80,7	34,9	88,7	65,2
Ferraz de Vasconcelos	22.340	96,3	65,1	95,9	44,0
Guararema	4.388	44,3	36,7	59,7	60,6
Salesópolis	2.806	56,8	46,2	59,1	49,3
Biritiba-Mirim	4.154	44,2	28,1	64,0	65,1
Nordeste	210.662	84,4	54,9	90,2	65,1
Guarulhos	192.749	85,7	57,4	91,6	65,8
Arujá	8.572	79,9	-	85,3	64,2
Santa Isabel	9.341	61,0	53,5	65,4	51,1
Norte	57.071	79,5	41,0	70,1	69,1
Franco da Rocha	19.163	93,5	54,3	86,3	68,3
Mairiporã	9.918	53,4	33,0	69,1	55,8
Caieiras	9.191	95,8	71,7	94,5	71,4
Francisco Morato	18.799	71,0	16,6	42,1	75,7

Fonte: Emplasa, 1995. Sumário de Dados da Grande São Paulo. IBGE, 1991. Censo Demográfico 1991.

Tabela 3 – Propor o de ocupados que trabalham no município de residência e outros, 1987

Sub-regiões / Municípios de residência	1980 (%) (1)	1987 (%) (2)
Centro		
São Paulo	61,69	59,80
Osasco (I)	55,88	54,09
Noroeste		
Carapicuiaba (D)	30,44	30,12
Barueri (D)	48,49	50,35
Santana do Parnaíba (A)	73,38	57,82
Pirapora do Bom Jesus (A)	*	63,73
Cajamar	82,38	65,35
Oeste		
Cotia (A)	87,24	75,82
Vargem Grande Paulista	***	***
Itapevi (D)	43,1	49,69
Jandira (D)	37,12	39,78
Sudoeste		
Taboão da Serra (D)	38,05	43,54
Itapecerica da Serra (A)	63,53	64,18
S�o Louren�o da Serra	***	***
Embu	38,72	33,30
Embu-Gua�u (A)	74,68	64,27
Juquitiba (A)	96,82	89,38
Sudeste		
Santo Andr� (I)	61,61	58,22
S�o Bernardo do Campo (I)	77,97	68,55
S�o Caetano do Sul (I)	58,98	64,17
Mau� (I)	43,4	46,83
Diadema (I)	55,57	63,01
Ribeir�o Pires (PD)	64,38	60,13
Rio Grande da Serra (A/D)	31,75	21,35
Leste		
Mogi das Cruzes (A)	91,08	80,24
Suzano (A)	75,32	74,28
Poá (D)	45,16	44,54
Itaquaquecetuba (A/D)	354,52	50,80
Ferraz de Vasconcelos (D)	42,87	66,95
Guararema (A)	92,31	100,00
Salesópolis (A)	86,42	96,81
Biritiba-Mirim (A)	81,8	100,00
Nordeste		
Guarulhos (I)	73,00	73,47
Arujá (A)	71,66	72,85
Santa Isabel (A)	82,57	72,34
Norte		
Mairiporã (A)	86,98	79,05
Caieiras (PD)	64,1	52,14
Franco da Rocha (PD)	43,87	48,39
Francisco Morato (PD)	27,59	24,6

Fonte: (1) IBGE, Censo Demográfico do estado de São Paulo de 1980. (2) Companhia do Metr politano de São Paulo. Pesquisa Origem Destino, 1987. (*) Dado não disponível no momento. (***) Não estão considerados os desmembramentos dos municípios de Vargem Grande Paulista (desmembrado de Cotia em 23/12/81) e São Lourenço da Serra (desmembrado de Itapecerica da Serra em 30/12/91). (I) mun. industrial; (PD) mun. potencialmente dormitório; (D) mun. dormitório; (A) mun. agrícola; (A/D) mun. agrícola e dormitório)